



A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO MARANHÃO (IESMA): AS RELAÇÕES LAICO-CONFSSIONAL QUE PERPASSAM O ENSINO SUPERIOR NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Ana Lúcia Pinheiro Silva Sousa¹
Maria José Lobato Rodrigues²

RESUMO

A criação Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA), em 1976, representa um marco na história do ensino superior na região. Trata-se de um processo marcado pelo embates entre diferentes elites locais. Assim, este artigo enfoca a Igreja Católica maranhense, buscando responder: Que concepção a criação do Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA) prevalecia nas relações laico-confessionais que perpassam o ensino superior na segunda metade do século XX?. Para isso, o estudo tem por objetivo investigar a trajetória histórica da criação do IESMA, analisando o envolvimento da Igreja Católica, suas interações com os poderes político e econômico locais, e sua contribuição para a oferta de ensino superior no Maranhão, com enfoque na liderança de Dom Delgado. Em termos de metodologia, adota-se uma abordagem qualitativa, inserida na perspectiva histórico-educacional, utilizando fontes como documentos institucionais e arquivos públicos. Entre os principais resultados, o texto revela a complexa relação entre Igreja e Estado na criação do IESMA, sendo esta, a primeira instituição de ensino superior confessional de São Luís. Destaca a resistência estatal em incluir o curso de Teologia na universidade para evitar a influência religiosa na educação pública. A pesquisa também enfatiza a importância do IESMA na formação de sacerdotes e seu impacto contínuo na sociedade maranhense. Apesar das limitações impostas pela pandemia, que restringiram o acesso aos arquivos, a trajetória do IESMA é fundamental para a memória educacional da região.

Palavras-Chave: IESMA. Ensino Superior. Laicidade do Estado.

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior foram consideradas pela sociedade, à sua época, um importante espaço educacional, um lugar com a capacidade de desenvolver o potencial humano, nos mais diversos seguimentos da sociais, tornavam-se especiais e significativas para a nação. Considerando o impacto no processo de desenvolvimento individual na atual sociedade e sua relevância histórica para a educação do Maranhão e no Brasil, buscou-se compreender a história do Instituto de Ensino Superior do Maranhão (IESMA), uma instituição de ensino superior confessional fundada na segunda metade do século XX.

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, anapinheiro3@yahoo.com.br;

² Doutora em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão - UFMA maria.jlr@ufma.br

Em 1920, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra³, Pe. Leonel Franca⁴ e Alceu Amoroso Lima⁵ iniciaram um movimento, a favor da construção da primeira Universidade Católica no Brasil (FRANCA, 1954, p. 413 - 414), dos padres da Companhia de Jesus. Um projeto educacional considerado ambicioso na época.

Assim, o surgimento das primeiras instituições de terceiro grau confessional no Brasil ocorreu (1908), em São Paulo, denominada “Pontifícia Faculdade de Filosofia e Letras”; mas somente em 1940, nasce a Universidade Católica - PUC, na cidade do Rio de Janeiro, projeto realizado pela Igreja Católica e, em 1946, teve o seu reconhecimento por parte do Governo Brasileiro, sendo considerada a primeira Universidade do país. (PAIVA, 1991, p. 296 -297).

No Brasil, o foco dessas instituições superiores era formar padres, o que constituía a proposta inicial do projeto educacional. A Igreja acreditava que essas instituições não apenas formariam padres, mas também proporcionariam conhecimentos às elites dirigentes, fundamentado nos ideais católicos.

Em São Luís, o processo de criação da primeira universidade pública aconteceu paralelamente ao Projeto das PUC's. Esse início se dá com a chegada do novo Arcebispo -

³ Sebastião Leme da Silveira Cintra, nasceu em 20 de janeiro de 1882, na cidade do Espírito Santo do Pinhal/São Paulo. Ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo (1894) e, em 1896, foi para Roma estudar filosofia, regressando ao Brasil em 1904. No mesmo ano, assumiu o cargo de Bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife/PE. Seu trabalho foi intenso, multiplicou os centros de catequese no Estado de Pernambuco e conseguiu, em convênio com o governo estadual à época, introduzir o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e, foi responsável pela criação da Federação Católica Pernambucana – (FCP). Em 1921, no Rio de Janeiro, assume o cargo de Bispo-coadjutor. Em 1922, cria o centro Dom Vital e a Confederação Católica, tornou-se o protagonista do movimento que desencadeou uma nova consciência de Igreja e presença na sociedade. Em 1925, juntamente com Jackson Figueiredo, buscou introduzir na Constituição de 1891 duas modificações: incluir a obrigatoriedade, do ensino religioso nas escolas públicas, e o reconhecimento oficial do Catolicismo como religião da maioria dos brasileiros. Em 1930, foi elevado a Cardeal pelo Papa Pio XI. Em 03 de outubro desse mesmo ano, assume a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Dedicou-se à educação religiosa, criando inclusive a Congregação da Doutrina Cristã. Faleceu em 1942, na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios>.

⁴ Leonel Edgard da Silveira Franca, nasceu em 1893, em São Gabriel/Rio Grande do Sul. Estou no Colégio Anchieta, no Rio de Janeiro, onde mais tarde viria a lecionar. Ingressou na Companhia de Jesus em 1908 e, em 1910, deu início ao curso de Letras. Em 1912, foi para Roma cursar o triênio de filosofia, na Universidade Gregoriana. Em 1915 retornou ao Rio de Janeiro, para assumir o magistério no Colégio Santo Inácio, quando publica seu primeiro seu livro “Noções de história da filosofia”. Em 1920, retorna a Roma para cursar teologia e ordena-se padre em 1923, mesmo ano em que publica – “A Igreja, A Reforma e a Civilização”- . Doutorou-se em filosofia e teologia. Foi um dos fundadores do Conselho Nacional de Educação. Em 1939, foi encarregado de criar a primeira Universidade Católica do Brasil (PUC-RIO) sendo reitor da instituição até sua morte, em 1948. Disponível em: <https://fgv.br/producao/dossies>.

⁵ Alceu Amoroso Lima. Nasceu em 1893, em Petrópolis no Rio de Janeiro. Foi escritor, professor, filósofo social e crítico literário. Converteu-se ao catolicismo por influência de Jackson de Figueiredo. Ao longo dos anos, tornou-se um dos mais respeitados paladinos da Igreja Católica no Brasil. Assumiu a direção do Centro Dom Vital, onde congregavam os líderes do catolicismo no Rio de Janeiro. Foi Catedrático de literatura brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia e; um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de Diretor de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (1951). Morreu em 1983. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/alceu-amoroso>.

Dom José de Medeiros Delgado⁶ - que, atento as condições da realidade social e educacional, particularmente, a formação e as ordenações de padres, decidiu focar sua atenção as essas questões consideradas importante pela Igreja. Para concretizar o projeto de ensino superior, tão sonhado pelo clero, o Arcebispo se uniu à elite intelectual local e, juntos, propuseram às autoridades um projeto para consolidar todos os cursos das escolas de ensino superior e das faculdades isoladas em um único espaço, que na visão de Dom Delgado deveria ser uma universidade católica.

No entanto, o resultado foi a criação da Universidade do Maranhão (UMA), em vez da tão desejada “Universidade Católica”. Após enfrentar dificuldade para manter a universidade, a administração da instituição foi entregues ao Estado em 1965, encetando o sonho de Dom Delgado de uma universidade católica. A UMA foi posteriormente federalizada e passou a se chamar Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em resposta, a Arquidiocese começou a considerar a criação de um centro universitário para a formação de seus padres. Assim, sem intenção direta, os responsáveis pela criação da UFMA contribuíram para dar visibilidade ao Instituto IESMA, que na época se chamava Centro Teológico (CET).

Assim, este artigo, apresenta parte de uma pesquisa que enfatiza a importância do IESMA na formação de sacerdotes e seu impacto contínuo na sociedade maranhense. Apesar das limitações impostas pela pandemia, que restringiram um pouco o acesso aos arquivos, conhecer a trajetória do IESMA é fundamental para construir a memória educacional da região.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste texto, seguimos o objetivo de refletir sobre o processo de criação do Instituto IESMA, buscando compreender a história da instituição e como ela organizava o ensino superior para formar o clero maranhense e, conseqüentemente, a sociedade civil de São Luís, no período da segunda década do século XX. Desenvolvemos o arcabouço teórico e metodológico da investigação com base histórica e social, selecionando modelos de conhecimento e autores cujas concepções oferecem subsídios

⁶ **Dom José de Medeiros Delgado** nasceu em Pombal/PB, em abril de 1905. Entrou para Seminário em 1918, terminou seus estudos em Humanas e Filosofia em 1924 e seguiu para Roma para estudar teologia. De volta ao Brasil, ordenou-se em 1929. Foi eleito bispo de Caicó (Rio Grande do Norte) em 1941, permanecendo até janeiro de 1952 e em fevereiro, toma posse da Arquidiocese de São Luís. Dentre os inúmeros trabalhos realizados por ele, podemos destacar a reabertura do Seminário Regional Nordeste I; organização da Fundação João XXIII; a fundação do Centro de Treinamento Frederico Ponte em Pacatuba; a revitalização o Banco Popular de Fortaleza, entre outros. <https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/historia/arcebispos-bispos-anteriores/5-dom-jose-de-medeiros-delgado-1963-a-05-dom-jose-de-medeiros-delgado-1963-a-1973/>

para a interpretação dos objetivos da realidade histórico-social de São Luís, capital do Maranhão. Para interpretar o objetivo deste trabalho – a criação do Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA); as relações laico-confessionais no ensino superior na segunda metade do século XX- fundamenta-nos na obra dos historiadores Riolando Azzi (2008); Demerval Saviani e Fran Paxeco (1969), este último, autor maranhense que muito contribuiu com pesquisas sobre a história da Igreja no Maranhão.

A redação desta pesquisa foi realizada durante a pandemia, contexto que dificultou o contato e a coleta de informações. O levantamento de dados sobre o Instituto de Estudos Superiores (IES) incluiu a análise das listas de alunos das duas primeiras turmas, fornecidas pela instituição, cujo os dados revelaram que a primeira turma, foi Ciências da Religião, que contava com 14 alunos, sendo 11 mulheres e 3 homens. A turma unificada de Filosofia e Teologia tinha 34 alunos, todos homens. Esses documentos permitem uma visualizar o quantitativo de alunos no início das atividades da instituição.

Para a metodologia da pesquisa, empregamos a análise descritiva, que inclui comparação, inferência e interpretação das fontes documentais encontradas no Arquivo Particular da Arquidiocese de São Luís. A abordagem adota uma concepção crítica e dinâmica da linguagem da época, segunda década do século XX, com o objetivo de entender como ocorreu a criação do Instituto e quais relações foram estabelecidas entre o poder público, os intelectuais e a Igreja para a realização desse projeto educacional. Assim, o estudo, com uma abordagem historiográfica, visa também contribuir para a compreensão das etapas, facilidades e dificuldades enfrentadas pela instituição durante seu processo de criação. O objetivo é conhecer os sujeitos e as configurações sociais, religiosas e educacionais que se formaram na cidade de São Luís.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha de pesquisar sobre educação, na perspectiva do ensino superior confessional, considerada como um tema relevante, possibilitou construir uma nova página na História da Educação do Maranhão e, por conseguinte, na história da educação brasileira, definindo-se, portanto, como um dos motivos para este desafio. A luta para construir o IESMA, assim como foi criar outras instituições pela Igreja em toda país, não foi um privilégio de São Luís. Aqui, procuramos demonstrar como se deu esse processo, do início até a sua concretização.

A pesquisa aqui proposta, nos levou a refletir sobre a história de uma instituição superior confessional, assim como nos possibilitou conhecer a história de outras

instituições católicas. Apesar das possibilidades, o foco deste trabalho está na História da Educação Superior Católica em São Luís do Maranhão.

A partir da revisão bibliográfica, podemos entender que a história da educação superior confessional no Brasil; tem em si três pontos que se cruzam. O primeiro pode ser considerado a fundação das primeiras escolas primárias; o segundo diz respeito à criação dos lares assistenciais em conjunto com os cursos técnicos; e o terceiro relaciona-se à criação dos primeiros institutos de ensino superior. Esse tripé, apoiado sobre um objetivo específico - a educação-, deu início à formação de uma mentalidade cultural promovida pela Igreja, que se expandiu dentro de seus espaços religiosos por meio de seus fiéis. Para Catroga (2006), o processo de laicização que ocorre na escola e, conseqüentemente, no ensino é "[...] um processo que se detém no terreno nesses dois campos, sendo um sinal inequívoco de que, se ele visava separar as Igrejas da Escola e do Estado, também o fazia para socializar e interiorizar ideias, valores e expectativas" (CATROGA, 2006, p. 275).

Ao longo da pesquisa, observamos que, na segunda metade do século XX, a cidade de São Luís começava a ensaiar um processo de mudança no ensino superior, similar ao que ocorria em outras cidades do Nordeste. No entanto, esse nível de ensino enfrentava desafios estruturais, em grande parte devido à ausência de um marco legal que pudesse orientar de forma concreta a realidade social e educacional do país. Era necessária uma legislação que aperfeiçoasse o sistema universitário brasileiro. Diferentemente das regiões Sul e Sudeste, onde esse ensino já passava por transformações significativas, São Luís ainda avançava muito lentamente, prejudicada pela falta de interesse público e pela desorganização do sistema existente (MEIRELES, 1994).

Ainda segundo Meireles (1994) , o envolvimento da Igreja Católica com a educação brasileira faz parte da história nacional, desde o processo de colonização, fruto do Regime do Padroado, que sofreu abalo com a laicização do Estado, a partir da primeira Constituição da República. Com a saída da Igreja Católica dos espaços educacionais brasileiros, ocasionada principalmente pelo processo de laicidade, não houve um silenciamento por parte do clero sobre o assunto em definitivo. A luta para retornar a esse campo perdurou as décadas seguintes, em que a Igreja Católica procurava converter o seu poder, agora perdido, nos domínios dos estados e dos municípios. É pertinente ressaltar que em todos os momentos nos quais a Igreja Católica tinha oportunidade, ela enfrentava seus opositores: os intelectuais e os movimentos sociais, que eram contra a volta do domínio católico nos espaços públicos, principalmente, no campo da educação. Mesmo com todos os obstáculos que a Igreja enfrentava para conseguir atingir seus objetivos, firmando-se num discurso social, humanista e de fé, aos poucos construía sua ponte, onde tivesse voz e pudesse ser

ouvida, buscava reconstruir sua influência a partir do poder local, realizado principalmente pelos seus Arcebispos e Bispos, nas arquidioceses e dioceses de todo o Brasil.

Com sua presença distanciada do setor público, a Igreja Católica, de maneira estratégica, sempre encontrava uma forma de marcar presença junto ao Estado. Isso se dava, sobretudo, quando o assunto em questão era a educação. Uma dessas estratégias pode ser comprovada pela incorporação da disciplina Educação Religiosa, no currículo escolar. Percebe-se que, aos poucos, o clero conseguiu espaço na educação utilizando seus posicionamentos, uma vez que entendiam que somente no campo educacional alcançariam seus interesses institucionais. Além disso, a realidade da educação nacional se tornou frequentemente objeto de questionamento e de críticas por parte do clero (AZZI, 2008). Ao se posicionar e demonstrar sua autoridade como a religião da maioria da população brasileira, um argumento amplamente utilizado por ela e seus defensores, a Igreja Católica evidenciava o poder e a influência que detinha como instituição religiosa. Esse poder é claramente refletido nas afirmações de Franca (1998), Paiva (1991) e Azzi (2008), que sublinham a força e a relevância da Igreja no contexto social e religioso do Brasil.

Em toda a história, Estado e Igreja participaram e vivenciaram muitas transformações no campo do ensino, fazendo com que os dois assumissem papéis bem definidos sobre esse assunto ante a sociedade. Conforme afirma Franca (1994, p. 413-414), “A educação nacional durante muito tempo teve dois poderes caminhando a mesma direção paralelamente e ambos se destacaram e contribuíram para a história da educação”. Para o autor, havia dois modelos de educação: uma regida e administrada pelo Estado, a pública, constituída para todos, mas que nunca chegou a “ser” para todos; e a outra realizada pela Igreja, de forma confessional, privada e com bases religiosas, que segundo ele, era um ensino que servia para doutrinar, um modelo de educação que convinha aos interesses e necessidade da elite, um ensino para os que podiam pagar. Em geral, as escolas administradas e mantidas pelas Igreja, geralmente se encontravam nos centros urbanos, mas havia também; outras escolas sob a direção clerical, localizadas em comunidades mais distantes e nas periferias das grandes cidades. Essas escolas foram concebidas sob um modelo assistencialista.

Nessa perspectiva, esse modelo de educação era considerado pelo clero como um campo fértil para o “chamado”, ou, como afirma Tagliavini (1989), local de disseminação da fé religiosa, reduto que viria mais tarde a ser um campo de vocações. Como foi dito anteriormente, tanto o clero quanto o Estado mantinham interesses particulares para se constituírem detentores do ensino no país. Nunca houve por parte dos dois grupos a realização de obras desinteressadas.

A educação era considerada por ambos os grupos como um ponto estratégico e imprescindível para alcançar seus objetivos. No final da década de 1950, a Igreja começou a perder espaço nesse campo, o que se tornou um problema, pois, ao perceber que sem algum controle sobre a educação, mesmo a privada, suas atividades corriam o risco de se extinguir. Contudo, essa visão de derrota não era compartilhada pelo clero. Embora os trabalhos pastorais e a própria existência da religião católica no Brasil estivessem ameaçados, desistir não fazia parte de seus planos. Durante o governo militar, especialmente durante a ditadura, a educação brasileira em todos os níveis passou por uma revisão. Tornou-se urgente adequá-la ao novo regime político e as condições socioeconômicas que se apresenta o país. Portanto, a educação nacional precisava ser melhorada, oferecida com mais qualidade à sua população e, para isso, era necessário conferir-lhe um status de modernidade, o que de fato ocorreu.

A educação passou por uma nova transformação com a Reforma Universitária, instituída pela LDB 5.540/68, que reformulou o ensino superior existente no país. Nesse processo de mudança, impulsionado pela criação das novas leis educacionais, especialmente com a Reforma Universitária, o ensino superior deixou de ser caracterizado apenas por cursos universitários isolados. O antigo modelo de instituições, que incluía faculdades isoladas e centros universitários com poucos cursos e pouca ou nenhuma presença do Estado (MEIRELES, 1984; AZZI, 2008), foi substituído por um novo modelo. Essas instituições foram integradas e transformadas em universidades públicas, que agora englobavam ensino, pesquisa e extensão, ficando sob a responsabilidade do Governo Federal.

Em São Luís, a realidade do ensino superior passou também por um processo de mudança. Essa modalidade de ensino ganhou fôlego e características próprias, pensada em uma perspectiva acadêmica e de pesquisa, o que garantiu a essas instituições autonomia e caráter mais moderno (PAIVA, 1991, p.145), consoante às demandas da sociedade. É importante lembrar que a maior evolução na concepção de educação e de autonomia universitária no país só viria com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Portanto, São Luís, assim como as demais cidades do Nordeste, passou por um complicado processo de construção das suas universidades.

A materialização desse processo enfrentou uma série de desafios, incluindo questões políticas, dificuldades econômicas e até religiosas. Esses foram apenas alguns dos muitos obstáculos enfrentados pelos defensores da universidade pública em São Luís, além de outros problemas que surgiram, exigindo diplomacia e uma organização mais concreta, considerando a realidade social da capital na época. Além das dificuldades já existentes,

havia também duas forças opostas que se confrontavam para reivindicar o sucesso desse projeto educacional. A criação de uma universidade pública ia muito além de meros interesses religiosos ou do jogo político (MEIRELES, 1994, p. 46). Era, portanto, necessário unir esforços para que esse projeto de educação superior realmente saísse do papel e se concretizasse.

Em 1952, como vimos, Dom José de Medeiros Delgado chega à capital maranhense. O recém-nomeado Arcebispo de São Luís, tomou posse oficialmente apenas em 1953. Durante o período de 1952 a 1953, Dom Delgado, como era conhecido, teve tempo de se familiarizar com a administração clerical e os desafios de ordenação que afetavam a Igreja, além de sondar a situação educacional de São Luís.

O novo Arcebispo dispunha de um vasto conhecimento em diversas áreas: educação, assistência social, administração financeira, trazido da longa experiência como padre e bispo da Igreja Católica no Rio Grande do Norte. Devido ao seu vasto conhecimento no campo educacional, assumiu a responsabilidade de resolver o problema da educação dos seminaristas, empenhando-se em abordar essa questão tanto na capital quanto no interior do estado.

Embora os problemas do clero maranhense fossem antigos, a questão mais urgente a ser resolvida era a educação dos noviços e seminaristas. A maior dificuldade estava no baixo número de ordenações e na falta de padres no Maranhão, especialmente no interior do estado. Para Dom Delgado, assumir a responsabilidade por essas questões foi, sem dúvida, seu maior compromisso e desafio diante da Igreja em São Luís.

Para Neris (2017), Dom Delgado foi um homem além do seu tempo, carismático, inteligente e muito trabalhador. Por conta de seu carisma e sua facilidade de dialogar, Dom Delgado conseguiu levantar fundos com outras igrejas católicas fora do país e políticos estaduais e federais para implementar seu projeto educacional (MEIRELES, 1994). Quando chegou em São Luís logo percebeu as condições da educação local. Na visão dele, a fragilidade do sistema educacional, tanto em São Luís como no interior do Estado, se dava pelas condições extremamente deficitária do ensino, precisando de uma (re)organização. Em outras palavras, além da necessidade de mudança, era preciso mais financiamento.

Entendemos assim, que a deficiência do ensino superior era muito parecido com o do ensino básico ofertado, ambos precisavam de atenção e, é claro, de mudanças, pois a preocupação do Arcebispo não era somente da educação de São Luís, sua atenção se voltava sobretudo pela falta de uma instituição de ensino superior que pudesse preparar os jovens, mas principalmente os futuros padres. Sua posição em relação a esse assunto era a

de que a Igreja Católica estivesse à frente, administrando essa instituição. Com a criação de uma universidade, São Luís ganharia um caráter mais moderno, ofereceria um espaço para a profissionalização de seus jovens, contribuiria para o desenvolvimento local, introduziria novos cursos e promoveria uma reorganização dos cursos já existentes (MEIRELES, 1994).

Dessa forma, fica claro que o ideal defendido por Dom Delgado era o interesse da Igreja Católica. Para ele, a Estado criaria e manteria a IES e a igreja ficaria responsável pela administração. Mantida com dinheiro público, circunscrita à ótica religiosa, criaria três cursos de seu interesse: Filosofia, Teologia e Serviço Social. Todos eles considerados importantes na perspectiva da Igreja Católica, quer seja para a formação clerical, quer seja para preparar o corpo sacerdotal que já atuava no trabalho de base e, mais especificamente, no fortalecimento das atividades assistências desenvolvidas por ela.

Para dar início ao projeto de criação da universidade, em específico da “Universidade Católica do Maranhão”, era imperativo criar uma fundação para administrar os recursos e sua parte administrativa. Com essa finalidade, em 1955, cria-se a Sociedade Maranhense de Cultura Superior-SOMACS e, em 1958, nasce a Universidade do Maranhão, a UMA (que deveria ter sido chamada Universidade Católica), segundo as pretensões de Dom Delgado, mas que jamais aconteceu. Apesar de todo o embate e do posicionamento a favor da criação de novos cursos idealizados pelo Arcebispo, o curso de seu interesse, Teologia, não foi criado pela universidade (PACHÊCO, 1969).

Com o processo de federalização da UMA, em 1966, após a transferência da universidade para o Governo Federal e a saída da SOMACS, sociedade mantenedora da instituição, a universidade passa a se denominar Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e, para administrá-la cria a Fundação Universidade.

A partir disso, encerra-se um período, e um outro começa. Todavia, com a não criação do curso de Teologia, interesse maior do clero, um passo para trás foi dado: a relação entre Igreja, Estado e os intelectuais que, a princípio, pareciam estar no mesmo diapasão com Dom Delgado, não se confirmou. Deixando claro que as pretensões ou interesses do Estado eram outros, os quais contradiziam às reais necessidades e interesses que a Igreja tentou de todas as formas realizar.

De volta ao início, a Igreja continuou sua jornada focada na formação sacerdotal e acadêmica dos padres maranhenses, que em sua maioria, passaram a estudar nas cidades de Belém, Teresina, Fortaleza e Recife para obterem formação em nível superior. Somente, em 1976, a Igreja criou uma instituição com as características e propósitos pelos quais tanto sonhou e lutou. É importante lembrar que tudo começou com o trabalho do

Arcebispo Dom Delgado. A partir de todo essa trajetória histórica, nasceu o Centro Teológico – CET, a primeira instituição de ensino superior confessional em São Luís. Anos depois, esse nome mudou para Centro Teológico do Maranhão - CETEMA e, mais tarde, para Instituto de Ensino Superior do Maranhão - IESMA. Essa instituição que nasceu do antigo sonho educacional de Dom Delgado e do seu legado como professor e escritor, só se realizou depois de sua partida de São Luís, em 1963.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, procuramos dar atenção à trajetória da Igreja Católica na construção da primeira universidade do Maranhão e, posteriormente, à criação da instituto superior confessional criado pela igreja de São Luís, através do seu eminente Arcebispo Dom José de Medeiros Delgados, na qual buscamos responder à pergunta: Que concepção a criação do Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA) prevalecia nas relações laico-confessional que perpassam o ensino superior na segunda metade do século XX?

Dessa forma, podemos concluir que, com base nos interesses dos grupos envolvidos, especialmente o Estado e a Igreja, o impedimento de criar o curso de Teologia em uma instituição pública não foi totalmente esclarecido. Em parte, devido à pandemia e à dificuldade de acessar documentos que poderiam oferecer uma resposta mais concreta. No entanto, estudos sobre outras instituições públicas sugerem que o Estado buscava evitar a influência da Igreja Católica nas universidades públicas, a fim de preservar sua autonomia. O Estado parecia resistir à criação do curso de Teologia, temendo que ele viesse acompanhado de doutrinas religiosas, formação clerical e dogmas católicos. Permitir o curso na Universidade do Maranhão (UMA) poderia ser visto como uma submissão do Estado à Igreja, mesmo com a presença de clérigos como Reitores da universidade. Assim, a suposta colaboração entre Igreja e Estado não foi suficiente para viabilizar o curso de Teologia na UMA.

Esta pesquisa tinha como objetivo realizar um estudo aprofundado sobre o IESMA. No entanto, devido às restrições impostas pela pandemia e ao isolamento dos arquivos pelos responsáveis, o trabalho não pôde ser completamente concretizado. Embora tenhamos obtido alguns resultados parciais, ainda há muitos aspectos a serem explorados sobre o IESMA, como a atuação de seus docentes, a dinâmica de gênero na instituição e a relevância social e educacional dos seus formandos para a educação local, podem ainda trazerem mais informações sobre a instituição.

É importante destacar a relevância dessa história para o Maranhão e o Brasil no contexto da formação de educadores e docentes. Esperamos que a trajetória descrita neste

trabalho contribua para dar visibilidade e construir a memória do IESMA, de sua comunidade universitária, de seus discentes e da Arquidiocese de São Luís. E, pela coragem e compromisso da Igreja de assumir a responsabilidade por um espaço educacional que, ao longo de seus 45 anos de existência, tem contribuído significativamente para a formação de sacerdotes e para o desenvolvimento da sociedade de São Luís, um compromisso que continua até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: 3ª época de 1930-1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares brasileiros no Vaticano II: Participação e prosopografia 1959-1965**. Tese de (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césaes: secularização, laicidade e religião civil**. 1. ed. Coimbra; Almedina, 2006.

FRANCA, Leonel. **Obras Completas: Alocuções e Artigos – Tomo II**. Livraria Agir editora. Rio de Janeiro/RJ, 1954.

MEIRELES, Mário M. **Dez Estudos Históricos; documentos maranhense**. São Luís, 1994. Coleção Documentos Maranhenses.

MEIRELES, Mário M. **História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão**. Universidade do Maranhão - UMA - SIOGE, São Luís, 1977.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira:1890 - 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e Missão: religioso e ação política no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/Sergipe,2014.

PAIVA, Vanilda. **Catolicismo, Educação e Ciências**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PACHÊCO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. SENEC - Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, São Luís, 1969.

TAGLIAVINI, João Virgílio. **Garotos no túnel**. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1990.28869>.